



Possibilidades de Abordagem da História da Historiografia: As Lições de Adalberto Marson

Julierme Sebastião Morais¹

Resumo: No presente ensaio procuro problematizar hermeneuticamente as reflexões efetuadas por Adalberto Marson no texto “Reflexões sobre o Procedimento Histórico” (1984), visando a construção de um arcabouço teórico-metodológico que ilumine análises sobre a História da Historiografia, sob a concepção de um “laboratório de epistemologia histórica”, como proposto pelo teórico Arno Wehling (2006). A articulação das concepções de Adalberto Marson e sua possibilidade de aplicação com vistas ao estabelecimento de um laboratório de epistemologia histórica no trato da História da historiografia consiste em uma das várias possibilidades eficazes de refinamento da produção do conhecimento histórico.

Palavras-Chave: História da Historiografia. Pensamento Histórico. Epistemologia Histórica.

Possibilities of Approaching the History of Historiography: The Lessons of Adalberto Marson

Abstract: In the present essay I try to hermeneutically problematize the reflections made by Adalberto Marson in the text “Reflexões sobre o Pensamento Histórico” (1984), aiming at the construction of a theoretical-methodological framework that illuminates analyzes on the History of Historiography, under the conception of a “laboratory of historical epistemology”, as proposed by theorist Arno Wehling (2006). The articulation of the conceptions of Adalberto Marson and his possibility of application with a view to the establishment of a laboratory of historical epistemology in the treatment of History of historiography consists of one of several effective possibilities of refinement of the production of historical knowledge.

Keywords: History of Historiography. Historical Thought. Historical Epistemology.

Os homens escrevem a História quando querem registrar acontecimentos em um quadro cronológico. Todo registro é uma seleção, e ainda que uma seleção de fatos não implique necessariamente em princípios de interpretação, muitas vezes é o que acontece. Acontecimentos podem ser escolhidos para registro porque tanto explicam uma mudança ou apontam para uma moral como indicam um padrão recorrente. A conservação da memória do passado, o quadro cronológico e uma interpretação dos acontecimentos, são elementos de historiografia que são encontrados em muitas civilizações.

Arnaldo Momigliano.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Goiás (PPGHIS-UEG) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG). Pesquisador do Grupo de Trabalho Nacional de História Cultural (ANPUH), do Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura (NEHAC/UFU), do Grupo de Estudos de História e Imagens (GEHIM/UFU) e do Grupo de Pesquisa Cine & Arte (UTP).



A importância das análises históricas cujas preocupações recaem sobre a História da historiografia, evidentemente, não necessita de maiores comentários. Como bem acentua Jurandir Malerba (2006, p. 15) à nós historiadores, não é permitido partirmos de um “ponto zero” decretando a morte cívica de pesquisadores que, em diversas gerações e à luz delas, voltaram-se para objetos que eventualmente nos interessa, sobretudo, devido à característica fundamental do conhecimento histórico: sua própria historicidade. Nesse sentido, o procedimento de autorreflexão efetuado pelo conhecimento histórico, além de se constituir em condição *sine qua non* para sua própria produção, atribui à Ciência Histórica com relação às suas vizinhas nas Ciências Sociais, a especificidade de conseguir avaliar os caminhos por ela traçados ao longo do tempo, bem como ajustar contas, reformular desvios, autorizar conquistas e, até mesmo, propor novas agendas teórico-metodológicas para um desenvolvimento subsequente.

É justamente sobre esta problemática, demasiadamente complexa, que o presente ensaio versa, no intuito de contribuir com pesquisadores menos experientes no processo de autorreflexão do conhecimento histórico efetuado no campo de inquéritos da História da historiografia. Para tal intento, procuro problematizar hermeneuticamente² as reflexões efetuadas por Adalberto Marson no ensaio “Reflexões sobre o Procedimento Histórico” (1984), visando a construção de um arcabouço teórico-metodológico que ilumine análises sobre a História da historiografia, como um “laboratório de epistemologia histórica”, tal como proposto pelo teórico Arno Wehling (2006). Do ponto de vista formal, minha proposta é simples e funcional, na medida em que, primeiramente, problematizo as propostas de Marson e busco auferir nelas lições para o trato da História da historiografia; e, por fim, aponto que podem servir para pensar a História da historiografia como um “laboratório de epistemologia histórica.

O historiador brasileiro Adalberto Marson, no ensaio “Reflexões sobre o Procedimento Histórico” (1984), procura tecer uma análise minuciosa acerca do modo pelo qual o conhecimento histórico se constitui – noções, categorias e princípios mais gerais –, bem como, sua intrínseca relação com o ensino. Dentre várias considerações de inesgotável contribuição, que tocam no cerne da

² Para o historiador alemão Jörn Rüsen: “Hermeneuticamente, a pesquisa reconstrói processos temporais do passado de acordo com perspectivas de sentido coerentes com as intenções dos atores (agentes ou pacientes) desses processos. A história é assim extraída das fontes como um processo, que se dá em meio a uma interação que lhe determina o sentido e cuja direção temporal resulta das intenções divergentes dos atores. A representação de continuidade, determinante para a constituição narrativa de sentido, é obtida mediante a pesquisa dos fatos culturais, nos quais as mudanças temporais do passado se cristalizam na linguagem dos atores e seus interlocutores” (RÜSEN, 2010, p. 116).



epistemologia histórica e sua transposição didática, os argumentos de Adalberto Marson acerca daquilo que ele intitula de “procedimento histórico”, tal qual é concebido hegemonicamente no interior da Ciência Histórica, ao meu ver, pode muito bem formular um arcabouço teórico-metodológico eficaz às propostas exploratórias cuja presunção consiste em problematizar a História da historiografia. Iniciando seus argumentos, no sentido de observar pressupostos relativos ao papel das “teorias” e seu funcionamento na epistemologia do conhecimento histórico, Marson assevera:

Geralmente, quando aqueles que estudam história se veem diante da questão teórica, formam a expectativa de poder resolver, pelo menos, duas dificuldades: 1ª) como distinguir o que seja realmente uma teoria, e 2ª) como estabelecer a junção da teoria com a prática. Ambas supõem a importância vital da teoria para se entender e conhecer alguma coisa (no caso: história), atribuindo-lhe, de um lado, o estatuto de uma certeza prévia e, de outro, definindo sua validade pelo grau de adequação às necessidades imediatas da prática. Nessa direção, a expectativa torna-se quase sempre insolúvel e frustradora. Se, num primeiro momento, o domínio de alguma armação teórica pode confortar a exigência de explicação completa, já em outro momento as dificuldades no trato do mundo empírico dos fatos e acontecimentos podem decretar a inutilidade dos modelos concebidos, diante de realidades, documentação ou simples provas que os invalidem (MARSON, 1984, p. 37).

A constatação é de que, nem sempre teoria e prática de pesquisa dialogam perfeitamente, pois no processo da prática a experiência investigada pelos historiadores – via evidências – pode fazer com a teoria se torne inócua, a despeito de uma sensação prévia de certeza totalizante que ela produz, conduz a uma discussão importante sobre o ato de conhecer em história, desvelando um elemento fundamental para a historiografia. Tal elemento, consiste em sua consolidação enquanto conhecimento científico, erigido conforme um padrão disseminado de objetividade e racionalidade de seus fundamentos, tendo em vista critérios mais rigorosos de investigação que, por sua vez, desencadeiam disputas no plano teórico pela primazia do modelo de investigação.

Salta aos olhos uma primeira lição de Adalberto Marson para a problematização da História da historiografia, tendo em vista a operação sofisticada que o trabalho histórico se tornou – mediante um conjunto de regras e técnicas metódicas, bem como de interpretações balizadas. É da separação entre teoria e prática, pressupostos teóricos e experiência empiricamente comprovável que emergem para a superfície do conhecimento histórico modelos historiográficos distintos. Assim, informados por padrões de objetividade e racionalidade localizados temporalmente, tais modelos visam suprir lacunas e/ou revisar determinados conhecimentos acerca de um pretérito historiográfico. Nesse sentido, como enfatiza Marson, “o que as várias correntes teóricas têm disputado, em polêmica cerrada, é a primazia de possuir o melhor critério de tal racionalidade e determinação que melhor



preencha todos os vazios e ocultamentos” (MARSON, 1984, p. 38). Esse *parti pris* é demasiadamente complexo e possui desdobramentos. Sabedor disso, Marson ressalta que:

Na relação sujeito-objeto, o sujeito (aquele que pensa e conhece) torna-se a figura central de todo o processo de conhecimento, e este passa a ter como finalidade essencial a instauração e a posse de uma verdade, aceita como objetiva, ainda que seus critérios se mostrem relativos aos quadros cronológicos ou aos juízos do observador. O poder dado a esse sujeito nasce no interior desta operação mesma, e não porque eventualmente possa ocorrer um arbítrio exorbitante da subjetividade. Como aponta Lefort, esta operação carrega uma contradição em seus pressupostos: ao acreditar na coincidência entre o “fato real” e o “fato do conhecimento” – priorizando, portanto, a escolha e a posição do observador – simultaneamente preserva uma exterioridade entre a coisa acontecida e a coisa conhecida, para dar o crédito de objetividade às regras da “observação exata” (MARSON, 1984, p. 38-39).

Esses apontamentos incidem diretamente no caráter epistemológico da história, escancarando as nuances do procedimento histórico, especialmente, pela via da relação entre o sujeito desse conhecimento e seu objeto de estudo, além de demonstrar que, ao buscar legitimar uma inteligibilidade sobre o pretérito que é controlada metodicamente, a ciência histórica distancia tal pretérito do procedimento de observação, fator necessário para atribuir crédito objetivo, científico, a esse empreendimento. É exatamente neste sentido, que pesquisas sobre a História da historiografia também são erigidas e, este fato, consiste noutra lição inexorável de Marson, ao passo em que, ao lidar com seu objeto de estudo – geralmente a fortuna historiográfica sobre determinado objeto, tema e/ou acontecimento etc. –, o pesquisador da História da historiografia incorre no distanciamento do passado de produção do conhecimento histórico, buscando legitimar sua vertente analítica no presente, com um olhar, muitas vezes, resistente e demasiadamente crítico.

Sobre tal presente é que Adalberto Marson desenvolve mais argumentos profícuos aos propósitos deste ensaio, especialmente, porque problematiza o espaço e tempo que são particulares aos historiadores no trato de seu objeto, bem como a constituição de um espaço próprio para o passado no interior da pesquisa, afirmando:

Seu objeto constitui-se, assim, de tema, periodização e da interpretação correspondente. Ao estabelecer tema e periodização, dá o passo inevitável na identificação do objeto, sua localização no tempo e no espaço: o que é, quando e onde foi. Tal resultado é obtido através de uma operação analítica especializada, que se apoia em certezas muito determinadas (os fatos e o seu contexto ou conjunto de fatos), que, por sua vez, se apoiam em provas válidas (o documento). A certeza de que o objeto existiu (ou simplesmente ocorreu) fundamenta-se nesta prova ou numa outra manifestação dele, o que significa ser este objeto uma coisa idêntica consigo mesma. Por isso, também a realidade histórica aparece, em escala ampliada, como algo recortado, único e singular, uma unidade idêntica a si mesma, com sua vida própria. Entretanto, não é capaz de falar espontaneamente por si própria, a menos que se contente em ter apenas um mero registro de descrição do real acontecido. Somente seria possível conhecê-la graças à perspectiva aberta pelo observador e justamente aqui a



interpretação ganha um papel decisivo e complexo, com seus critérios de análise e seus princípios (MARSON, 1984, p. 42-43).

Dito de outra forma, ao estabelecer um espaço próprio para o pretérito via recorte e periodização de um tema específico, o historiador, de seu lugar e tempo, incorre num procedimento de legitimar cientificamente seu empreendimento através de certezas determinadas, em última instância, pela documentação. Todavia, apenas o registro do “real acontecido” não é suficiente, fazendo com que a interpretação histórica, com seus critérios de análise e princípios, galgue suma importância devido às “noções racionalizadoras”, que complementam o conhecimento sobre determinado tema/objeto.

Por esse motivo, Adalberto Marson (1984, p. 43-45) destaca as noções e os princípios que as movimentam no exercício de interpretação e no ato de conhecer. Quanto às noções, aponta as de processo, que coloca a história (ação dos homens no tempo) em linha de evolução e movimento em que se encadeiam origem-maturação-superação; desenvolvimento, aparato formal sofisticado da noção de processo, pela divisão de grau e ritmo e as relações de espaço e tempo; estrutura e conjuntura, cuja característica é atribuir as relações entre os fatos no fluxo da mudança temporal, implicando uma prioridade a certos acontecimentos; consciente e inconsciente, que supõe uma cisão e um limite entre o pensar e o agir, a intenção e a realização; externo e interno, supondo uma existência própria dos fatos ou situações particulares; influência, que estabelece uma dependência necessária entre acontecimentos da mesma época ou do mesmo lugar; e reflexo, que consiste na qualificação do lado passivo de quem recebe uma ação e configura o caráter de exterioridade na constituição de um fato ou situação.

No tocante aos princípios que norteiam tais noções, Marson demonstra os de integração, que enseja a ideia de totalidade, entendida como a junção das partes num todo; adequação, que estabelece a identidade de uma coisa em confronto isolado com outra, fazendo surgir duas entidades vistas em sua semelhança e diferença, a partir dos indícios aparentes; causalidade, vista como um resultado definido e faz-se a decomposição de seus elementos característicos através de uma busca retrospectiva de “fatores” ou “motivos” no passado anterior; generalização, que corresponde ao método indutivo e afirma a unidade existente entre o geral e o particular; objetividade, que consagra o distanciamento do sujeito em relação ao objeto; e utilidade, que leva o objeto ao teste da prática, tornando o historiador o sujeito privilegiado que possui a lógica do processo histórico.



Com efeito, essas noções e princípios constituem-se em elementos importantes quando o assunto versa sobre a História da historiografia, consistindo em outra lição precisa de Adalberto Marson. Tais como os trabalhos históricos convencionais, as pesquisas que debruçam num conjunto de obras historiográficas no intuito de refletir de modo amplo acerca dos modelos teóricos adotados – sobre determinadas temáticas, objetos, acontecimentos etc. –, após o procedimento de constituição de um espaço próprio para tais obras no interior lógico da narrativa histórica em confecção, intersubjetivamente incorrem em noções (processo, estrutura e conjuntura e/ou influência) e princípios norteadores (causalidade, generalização e/ou objetividade). Vide exemplos:

1º) É comum encontrar trabalhos que debruçam na História da historiografia da Revolução Francesa e da Revolução Industrial pelas noções de estrutura e conjuntura balizadas pelo princípio da generalização, uma vez que as elaborações teóricas de diversas obras sobre as temáticas são postas numa dada relação temporal e observadas em sua aplicação a apenas determinados acontecimentos (noção de estrutura e conjuntura), com vistas a percepção de continuidade ou descontinuidade de seus arcabouços teóricos, intuindo uma unidade entre o particular e o geral produzidos nestas obras (princípio da generalização);

2º) Não raro também são pesquisas que problematizam a História da historiografia da Arte ou do Cinema que são ancorados na noções de desenvolvimento e no princípio da causalidade, pois colocam as propostas teóricas das obras em linha de evolução, dividindo graus e ritmos de alteração teórico-metodológicos conforme se dá a relação espaço e tempo (desenvolvimento), bem como à luz da tentativa de entender os trabalhos com base na busca retrospectiva de fatores ou motivos anteriormente dados (causalidade).

Como é possível perceber, os argumentos de Adalberto Marson até aqui, atribuem destaque à figura do historiador enquanto sujeito do conhecimento, evidenciando os pressupostos básicos que envolvem sua relação com o objeto. Entretanto, também são significativas suas reflexões atinentes ao processo no qual o próprio historiador é compreendido como objeto, especificamente quando na pesquisa histórica são trabalhados temas e interpretações já definidos por uma memória histórica. Sobre essa temática complexa, Marson destaca uma inversão, acentuando:

O passado deixa, então, de ser mero objeto manipulado pelo historiador — simples memória registrada em documento — e decide poderosamente no que será dito sobre ele, num movimento de auto-recriação. No ato, aparentemente corriqueiro, de ter vivido ou presenciado um acontecimento, o protagonista cria a versão sobre ele. A capacidade de esta versão perdurar, de ultrapassar a mera imagem parcial de um testemunho, para se tornar elemento da interpretação, dependerá da capacidade de poder exercida pelo protagonista, das



lutas e contradições entre os diversos protagonistas ao longo da criação histórica. Não há, portanto, condições de separar sujeito e objeto no procedimento histórico (MARSON, 1984, p. 47-48).

Subjaz a tais considerações as reflexões propostas, ainda que embrionárias, por Marc Bloch em sua “Apologia da História” (2001), de que o passado nos dá a conhecer através de “vestígios” deixados pela ação do homem no tempo, isto é, determina as condições do ato de conhecer em História. Malgrado o historiador busque investigar o que o “testemunho” não pretendia dizer mas o fez implicitamente, o conhecimento do pretérito permanece condicionado por ele, consciente ou inconsciente³. Portanto, emerge a tese de que, na produção do conhecimento histórico a relação do sujeito do conhecimento (historiador) com seu objeto (o passado) é indissociável, havendo necessidade de sempre ter em alta conta as vicissitudes desencadeadas por uma memória histórica e sua força na economia do trabalho do historiador.

Do mesmo modo as proposições de Marson dialogam empiricamente com os argumentos de Carlos Alberto Vesentini, em sua “A Teia do Fato” (1997), principalmente, no tocante ao que ele considera memória histórica⁴. Do ponto de vista teórico-metodológico, Vesentini auxilia na compreensão de que uma memória histórica construída nos alicerces lançados pela interpretação de grupos vencedores de determinados processos históricos – um campo de embate social, político, econômico e cultural permeado de contradições e possibilidades – possui a capacidade de se colocar como orientadora temporal das interpretações históricas, tanto dos agentes derrotados nos processos, quanto de historiadores que o estudam num momento posterior. Nesse sentido, a temporalidade histórica e os meios de difusão se encarregam de cristalizar essa memória histórica como conhecimento histórico unívoco: única interpretação possível, alheia a construções ideológicas, portanto, como história racional e cientificamente conduzida.

Para os estudos de História da historiografia, a indissociação entre sujeito e objeto, bem como a força do passado – enquanto memória histórica – nas projeções exploratórias dos

³ Por exemplo, o relato de Tucídides sobre a Guerra do Peloponeso é o testemunho mais incisivo que temos sobre aquele processo histórico, e qualquer historiador que se proponha a estudá-lo terá, necessariamente, que enfrentá-lo. Nesse processo, ainda que proponha uma interpretação de fatores negligenciados pelo pesquisador grego, o historiador continuará condicionado por seu relato, por aquilo que disse e/ou deixou de dizer.

⁴ O historiador conceitua memória histórica, do seguinte modo: “Por memória histórica entendo uma questão bastante precisa, refiro-me à presença constante da memória do vencedor em nossos textos e considerações. Também me remeto às vias pelas quais essa memória impôs-se tanto aos seus contemporâneos quanto a nós mesmos, tempo posterior e especialistas preocupados com o passado. Mas com um preciso passado — já dotado, preenchido com os temas dessa memória” (VESENTINI, 1986, p. 104).



pesquisadores consistem em uma problemática expressiva. É inegável que os historiadores, ao problematizarem a História da historiografia de qualquer que seja o tema, objeto e/ou acontecimento, se utilizam e têm no horizonte, conscientemente ou não, o dinamismo da vasta trajetória intelectual de sua ciência – com seus paradigmas teóricos e procedimentos de método, aceitos ou não pelos pares –, que possui incidência no momento de produção de sua pesquisa. Sob este prisma, aquilo anteriormente tido como válido cientificamente (objeto) projeta sua força na relação com o historiador (sujeito), fazendo-o incorrer em apropriações, ressignificações ou mesmo reprodução sistemática de determinados aparatos teórico-metodológicos constituído num pretérito e considerados pertinentes ao seu ofício.

O truísmo da afirmação de que toda geração de historiadores se relaciona, seja refutando ou endossando, com o conteúdo explorado pelas gerações anteriores, no caso da História da historiografia consubstancia-se na afirmação segundo a qual toda geração de historiadores se relaciona, seja refutando ou endossando, com os arcabouços teórico-metodológicos propostos pelas gerações que lhe antecederam. Portanto, a indissociabilidade entre sujeito do conhecimento histórico e seu objeto de pesquisa consistem em uma norma que os pesquisadores não conseguem desvirtuar a lógica. As proposições de Adalberto Marson acerca da alteração da concepção do sujeito, concomitantemente, implicam uma transformação da noção de objeto do conhecimento histórico, posto que este, além de fragmento do passado, por algum motivo consiste em parte integrante do presente do historiador – fator que expressa complexas relações de poder.

Nesse sentido, Marson (1984, p. 49) destaca que, na investigação do conteúdo de seu objeto, cabe ao historiador fazer com que ele apareça em todas as suas mediações e contradições, tomando o devido cuidado para que sua evidência manifesta, isto é, sua aparência, bem como a forma parcial com qual oferece-se à percepção histórica, sejam tomadas como “falsas” porque “estariam em dissonância com um lado ‘verdadeiro’ mas desfigurado por certos interesses que manipulam a realidade. Destarte, além da investigação do conteúdo, a própria forma de concepção do objeto é importante na investigação histórica, sendo fundamental aos historiadores:

[...] investigar como este objeto foi produzido, tentando reconstituir sua razão de ser e aparecer a nós segundo sua própria natureza, ao invés de determiná-lo em classificações e compartimentos fragmentados, pelo que “não é”, por estar “fora de lugar”, ou por ter nascido “tardiamente”. É, finalmente, entender a objetividade como o ato de fazer emergir a trama das relações que tecem a síntese histórica que é o objeto, não uma coisa abstrata (separada) e observada a distância pelo investigador, mas algo que, ao mesmo tempo, contém (e



participa de) uma explicação do real histórico, tanto o real do passado quanto o do presente (MARSON, 1984, p. 49).

Em tais considerações salta aos olhos a proposta de tratar os objetos históricos não pela sua pretensa significação de realidade, mas, sim, pelo critério de investigação que leva em conta os motivos pelos quais eles aparecem aos historiadores como objetos históricos passíveis de investigação. Para pesquisadores da História da historiografia, a significação das observações de Adalberto Marson são alvissareiras, consistindo em outra lição. Pode-se auferir que, na problematização da forma aparente do conteúdo das obras históricas em sua íntima articulação com o aparato teórico-metodológico instrumentalizado, não se deve descartar proposições que ofereçam apenas parcialmente determinada “realidade histórica” ou que atentam somente alguns critérios de pertinência científica, mas, sim, compreender os motivos pelos quais tais produções/obras – e seu arcabouço epistemológico – foram produzidas e tiveram significação pertinentes em algum momento histórico, ao ponto de chegarem até nós como objetos passíveis de investigação.

Vide exemplo, não se deve apenas problematizar historiograficamente determinado conjunto de obras que versam sobre a escravidão, o trabalhismo e ou a formação do Brasil, a partir do critério de verossimilhança com a pretensa “realidade” daqueles processos históricos ou de suas viabilidades científicas no presente, mas, sim, buscar compreender as mediações e, talvez, até omissões, que fizeram com elas fossem produzidas e chegassem ao presente como objetos históricos passíveis de análise. Considerando que, hegemonicamente, os objetos com os quais os historiadores lidam constituem-se em textos escritos, as colocações de Marson ficam mais explícitas como lição para pesquisadores de História da historiografia, quando ele enfatiza:

A nossa relação com o objeto trava-se, assim, no campo da significação inerente a todo texto e, para resgatá-la, dispomos de uma variedade de recursos analíticos, que não vem ao caso esmiuçar, desde as simples impressões de leitura às técnicas linguísticas mais formalizadas. Seja qual for esse recurso, a significação não será alcançada em sua dimensão histórica se apenas se efetua a “leitura interna”, destrinchando os códigos de linguagem, ou se reduz a leitura à retirada de certos conteúdos que apenas justificam o interesse imediato de alguém que escreveu aquele texto. Ação e pensamento não podem ser isolados um do outro, pois se originam num mesmo movimento em que um determinado sujeito constitui e é constituído na história; e um texto sempre é algo produzido tanto para manifestar um pensamento quanto para acompanhar uma ação. Se é importante levantar as evidências disponíveis e relacionadas, por exemplo, ao autor, ao texto, ao nível de linguagem, etc., deve-se chegar ao contexto mesmo de sua produção, ao vínculo substancial (quando não à inteira subordinação) de sua significação a uma política que é o local privilegiado da junção pensamento/ação (MARSON, 1984, p. 50).

Na análise dos objetos históricos os procedimentos de crítica interna e externa, célebre proposição dos metódicos franceses Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, em sua



“Introdução aos Estudos Históricos” (2009), é sofisticada por Adalberto Marson, ganhando envergadura de um procedimento crítico-historiográfico. Investigar nesse caso, via críticas interna e externa, o modo pelo qual o pensamento dos historiadores consubstanciam-se em discursos textuais articulados a ações – políticas, culturais etc., – externas a economia do texto, mas internas no discurso, diz respeito à problematização que extrapola a coerência da compatibilidade de datas, fatos e/ou acontecimentos (ligados por natureza ao arcabouço teórico-metodológico construído), no sentido de propor a crítica sistemática atinentes aos vínculos, motivos e implicações contextuais/temporais aos quais as obras históricas – e todo o seu conjunto de critérios norteadores de sentido – são subordinadas.

Dessa maneira, a historicidade dessas produções é alçada para o primeiro plano, fazendo com que se leve em conta, para utilizar os termos de Reinhart Koselleck (2006), seu “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativas”, sem, porém, passar ao largo dos procedimentos heurísticos, críticos e interpretativos inerentes à produção do conhecimento histórico⁵. No bojo das preocupações de Adalberto Marson, a temática da historicidade consiste num elemento exaustivamente problematizado, inclusive sob viés metodológico. Ao refletir sobre o documento histórico, como suporte material da pesquisa e como fonte da interpretação, o historiador brasileiro chama a atenção para o seu contexto e a necessidade de compreensão da tensão vivida pelos seus produtores, sobretudo no fito de resgatar seu caráter de agente e produto, sujeito e objeto do conhecimento histórico, propondo três níveis de indagações:

1º) Sobre a existência em si do documento: O que vem a ser documento? O que é capaz de nos dizer? Como podemos recuperar o sentido deste seu dizer? Por que tal documento existe? Quem o fez, em que circunstâncias e para que finalidade foi feito? 2º) Sobre o significado do documento como objeto: O que significa como simples objeto (isto é, fruto do trabalho humano)? Como e por quem foi produzido? Para que e para quem se fez a produção? Qual a finalidade e o caráter necessário que comanda sua existência? 3º) Sobre o significado do documento como sujeito: Por quem fala tal documento? De que história particular participou? Que ação e que pensamento estão contidos em seu significado? O que fez perdurar como depósito da memória? Em que consiste o seu ato de poder? (MARSON, 1984, p. 53).

Para análises de História da historiografia tais questionamentos são lições exemplares. Em seus três níveis eles suscitam a abordagem crítica interna e externa da produção historiográfica,

⁵ Pode-se afirmar que o procedimento heurístico corresponde ao momento de coleta, junção e classificação das fontes significativas de trabalho, que se dá em consonância com a formulação de hipótese sobre esse material; o crítico consiste no estágio de análise das fontes e sua facticidade com relação às ações dos homens no pretérito, especialmente levando-se em conta a plausibilidade das informações que tais fontes trazem; e, por fim, o interpretativo plasma-se no exame da informações levantadas acerca das experiências passadas pela análise crítica das fontes, possibilitando a constituição de uma linha mestra que conduzirá a narrativa histórica (RÜSEN, 2010, p. 118-133).



tomada como documento, mesmo que seu produto final chegue até os pesquisadores apenas em nível manifesto da representação textual do pretérito. Assim, as indagações acerca da natureza desta representação, do que ela procura dizer e como é compreendida, de quem a produziu e para que público, em que circunstâncias históricas e para qual finalidade etc., ensejam diálogos comparativos entre obras, estudos sobre dados biográficos de historiadores (ou um conjunto), problematização de seu aparato teórico e metodológico (conceitos, recortes, contextos criados ou recriados), reflexão de sua recepção (pares especializados e/ou leigos), seja no contexto de produção e/ou posteriormente, enfim, propõe a investigação criteriosa dos procedimentos heurísticos, críticos e interpretativos utilizados pelos pesquisadores da história, bem como do modo pelo qual eles se manifestam em suas consciências e de um público leitor. Justamente nesse sentido, Marson ratifica o documento pelo seu caráter de sujeito e objeto de sua própria versão interpretativa da história, pontuando:

O enfoque do documento como algo produzido exige a retomada de sua própria materialidade de sua condição de objeto, isto é, um resultado de produção e apropriação por homens determinados historicamente. O que consideramos “documento” é produto de uma necessidade, não havendo diferença entre ele e as demais coisas necessárias ao homem, produzidas e consumidas. [...] Nessa medida é que um documento – como um objeto igual e diferente de outros – contém múltiplas formas de utilidade, um autêntico registro de múltiplas significações e possibilidades de investigação (MARSON, 1984, p. 54).

Me apropriando livremente de colocações de Michel Foucault em “Arqueologia do Saber” (2008), me atrevo a ressaltar que Adalberto Marson chama a atenção para o tratamento dos documentos como monumentos, isto é, produtos construídos por sociedades no esforço para impor ao futuro, de modo voluntário ou involuntário, determinadas imagens de si próprias. Nada mais que uma lição importante para os pesquisadores que lidam com a História da historiografia, pois, encarar a produção historiográfica como documento/monumento consiste em levar em consideração não somente seu produto definitivo (o texto histórico), mas também sua complexa rede de conexões e motivações que estão dadas na própria historicidade.

À luz do exposto, pode-se afirmar que, mesmo após inúmeros modelos e práticas autorreflexivas desenvolvidas por incontáveis pesquisadores, muitos trabalhos que versam acerca da História da historiografia — sobre diferentes objetos, temas, recortes etc. — ainda não passaram do procedimento de aplicação dos modelos descritivos e sociológicos de análise historiográfica, que têm contribuído para o desenvolvimento da Ciência Histórica, mas não têm proporcionado a passagem do estágio de refuta de modelos historiográficos que lhe antecederam. Geralmente, por um lado, nas análises descritivas da História da historiografia, a historicidade dos modelos historiográficos



anteriores tem sido lançada à margem, e, por outro, mesmo nas análises sociológicas, curiosamente, têm se perdido a presunção de avaliar as interlocuções existentes entre a temporalidade e os procedimentos internos da produção do conhecimento histórico possíveis em seus respectivos regimes de historicidade⁶.

Com efeito, as proposições de Adalberto Marson, se instrumentalizadas no fito de atenuar os problemas supramencionados, talvez também sejam eficazes na projeção História da historiografia enquanto um “laboratório de epistemologia histórica”, tal como proposto por Arno Wehling (2006, p. 175-189). Especificamente, no sentido de possibilidade de aplicação de categorias e procedimentos epistemológicos inerentes à história científica na variedade de obras históricas que versam sobre determinados temas, acontecimentos, linguagens e processos, por meio de um empreendimento que contribua para o refinamento de seu campo teórico, sem, entretanto, simplificar as contribuições anteriores, tampouco ignorar suas respectivas historicidades.

Em tal empreendimento, caso atribuído aos estudos de História da historiografia, a investigação sistemática da construção do processo intelectual do conhecimento histórico pertinente ao pretérito do objeto/sujeito estudado vem para o primeiro plano, podendo ser exercitada em dois níveis: 1º) através da focalização das principais categorias, conceitos, recortes e contextos construídos e/ou reconstruídos pelos historiadores, com o intuito de demarcar as diferenças de tratamento atribuídas por cada um a tais elementos, e, simultaneamente, suas possíveis influências (ou não) enquanto chave cognitiva para a coerência interna de suas interpretações históricas; e 2º) com base na investigação dos temas e problemas tratados por estes historiadores, do modo de abordar suas hipóteses em consonância (ou não) com a documentação disponível, de seus procedimentos analíticos, da fixação (ou não) de suas interpretações e da percepção dos significados de suas abordagens históricas.

Em última instância, a articulação das propostas de Adalberto Marson e sua possibilidade de aplicação com vistas ao estabelecimento de um laboratório de epistemologia histórica no trato da

⁶ Sobre Regimes de historicidade, François Hartog enfatiza: “‘Regime de historicidade’, escrevíamos então, podia se compreender de duas formas. Em uma acepção restrita, como uma sociedade trata seu passado e trata do seu passado. Em uma acepção mais ampla, regime de historicidade serviria para designar ‘a modalidade de consciência de si de uma comunidade humana’. [...] Mais precisamente, a noção devia poder oferecer um instrumento para comparar tipos de história diferentes, mas também e mesmo primeiramente, eu acrescentaria agora, para colocar em foco modos de relação com o tempo: formas da experiência do tempo, aqui e lá, hoje e ontem. Maneiras de ser no tempo” (HARTOG, 2015, p. 28-29).



História da historiografia consiste em uma das várias possibilidades eficazes de refinamento da produção do conhecimento histórico. Enfim, as possibilidades analíticas estão dadas, assim como as lições de Adalberto Marson, restando ao conhecimento histórico, por meio da capacidade crítica e autorreflexiva de seus profissionais, buscar instrumentalizá-las com vistas à abordagem da História da historiografia.

Referências

- BLOCH, Marc. **Apologia da História**, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2015.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC/Rio, 2006.
- LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. **Introducción a los estudios históricos**. Alicante: Publicaciones Universidad de Alicante, 2009.
- MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. In: SILVA, Marcos A. (Org.). **Repensando a história**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru/SP: Edusc, 2004.
- RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado**. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. Trad. Asta-Rose Alcaide e Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da UNB, 2010.
- VESENTINI, Carlos Alberto. A instauração da temporalidade e a (re)fundação na história: 1937 e 1930. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 1, out/dez, 1986.
- VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- WEHLING, Arno. Historiografia e epistemologia histórica. In: MALERBA, Jurandir (Org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo: Contexto, 2006.